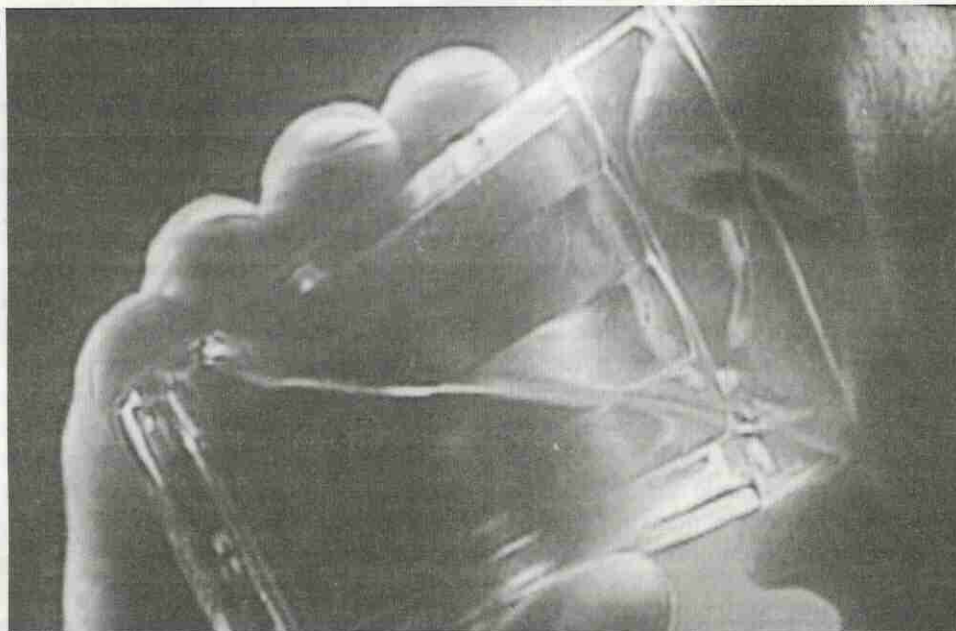


# Estelionato!

**Prefeituras do Rio e de Niterói advertem empresas privadas para que não entrem na "aventura" do leilão da CEDAE**

Quem se aventurar a participar do leilão de venda da CEDAE, que o governo do Estado está ameaçando realizar no dia 30 de setembro, corre o risco de ganhar e não levar. E se levar, com certeza vai perder mais adiante, pois os dois candidatos mais cotados para vencerem as próximas eleições para governador do Estado - César Maia e Anthony Garotinho - firmaram o compromisso com as prefeituras do Rio de Janeiro e de Niterói de, dentro dos preceitos legais, reverter o processo de privatização. Esta advertência foi feita através de um



*Água é questão de saúde e qualidade de vida. Não pode virar mercadoria*

comunicado, publicado nos principais jornais do país, assinado pelas duas prefeituras, que acusam o Estado de, "em verdadeiro ato de estelionato", querer vender o que não é seu, na tentativa de obter um cheque que financie seu melancólico final de mandato, em prejuízo de milhões de cariocas e fluminenses. No documento, os prefeitos das duas cidades advertem as empresas privadas interessadas na concessão: "Empresas que aceitarem tais regras são aventureiras e como aventureiras serão tratadas". (Págs. 4 e 5)

## AO ZÉ

Que palavras podem expressar a nossa perplexidade e dor pela tua ausência? Tudo fica sem sentido.

Mas mesmo assim, fazemos um esforço para traduzir o que você foi como criatura humana e como homem público.

Nas muitas qualidades que tinha, destacavam-se a integridade moral e uma aguda consciência social.

Incansável na luta pela preservação da CEDAE enquanto instituição pública, travou batalhas em várias frentes na busca de soluções para os problemas relativos à engenharia sanitária.

Mais do que um técnico altamente competente, era um articulador de idéias, um criador de estratégias e soluções, no âmbito da limpeza urbana e do Saneamento Básico para sua cidade e o Estado que tanto amou - o seu Rio de Janeiro.

O trabalho era paixão, desafio, fermento, um dos sentidos de sua existência.

Como um guerreiro, resistiu à atual política de privatização de empresas de Sa-

neamento da forma como vem sendo pensada, porque tinha como arma e horizonte a melhoria da qualidade de vida para toda a população, independente de sua condição social.

Sua personalidade afável, cordial, civilizada e polida estimulou a formação de uma rede de relações, de grupos de referência, desde os tempos passados no Largo de São Francisco, quando cursou a Escola Nacional de Engenharia.

Como marido, viveu com Ana, durante 33 anos, um amor, uma paixão, feitos de cumplicidade, doação, responsabilidade e respeito. Ana foi, na verdade, a sua estaca. Ainda em Tiradentes,

fui testemunha da vitalidade da relação amorosa manifestada nos gestos, nos presentes trocados. Não podia pensar em Zé, sem pensar em Ana, sua grande companheira.

Como pai, protetor, amigo, porto seguro. Com intensidade viveu este amor de forma absorvente, fazendo de Ciça, Digo, Bia, Bernardo e Verinha pessoas fortes, dignas e maduras.

Com os irmãos Humberto, Maria e Verinha; seus cunhados Matilde, Tonico, Marinho, foi abrigo contra as tempestades, vivendo de forma densa a fraternidade para além dos laços de sangue. Para os sobrinhos, fica a doce lembrança do Tio Pimpa, Tio Cacá ou, simplesmente, Zé Carlos.

Mais do que genro e cunhado, foi filho de mamãe, de papai e irmão para mim, Zé Carlos, Clara, Tito, Carlinhos e Denize.

Alegre e gozador, fazia de nossos fins de semana na Barra, em Petrópolis e Araraial, uma experiência enriquecedora do ponto de vista humano. Cultivou a arte da conversação, qualidade que vai se perdendo nos últimos tempos.

Com o seu humor e irreverência, tornava o nosso cotidiano livre, leve e solto, pois nele não havia lugar para mesquinhas, para conversas entediadas, para farpas. Autêntico democrata, gostava de polemizar, argumentando como um verdadeiro artesão das palavras. Sua casa era espaçosa, como espaçoso era o seu coração para receber amigos e parentes.

Por tudo isto, nós nos sentimos desamparados e solitários. O que nos consola é que, como uma estrela, você, Zé, brilhará na imensidão do horizonte. Mas será uma estrela especial, pois nela estará encerrada a grandeza de sua história.





Associação dos Empregados de  
Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/607 e 902  
Telefones 263-6240/296-0025 - Ramal 102  
Telefax: 253-7482  
Internet: aseac1@ism.com.br  
Home Page: aseac.com.br

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Diretor Presidente**

Dario Mondego

**Diretor Vice-presidente**

Nelson Martins Portugal

**Diretor Administrativo**

Edson Reis da Silva

**Diretor Financeiro**

César Eduardo Scherer

**Diretor de Comunicação**

Paulino Cabral da Silva

**Diretor Técnico**

Flávio Guedes

**Diretor Social**

Antônio Carlos Álvares Grillo

**Diretor Representante dos Aposentados**

Walcyr Goulart Mariosa

**Diretor Adjunto**

João Benedito Lorenzon Mello

**CONSELHO DIRETOR**

**Representante dos Administradores**

Sérgio Rego Rodrigues

**Advogados**

Sueli Kolling Turano

Analistas de Sistemas

César Lima da Graça

**Arquitetos**

Júlio Celso Bragança Gil

**Aposentados**

Armando Costa Vieira

Edson Bittencourt Rosa

Eliana Glória Peixoto

Leon Abram

Maria Carmem M. M. Almeida

**Contadores**

Sérgio Pereira

Dermis Categorias

Evandro Rodrigues de Brito

**Economistas**

Pedro Evandro Ferreira

**Engenheiros**

Álvaro Henrique C. Verocai

Clévis Francisco do Nascimento Filho

Jonathas Ferreira Filho

Márcio de Melo Rocha

Renato Guerra Marques

Sócios Aspirantes

Júlio César de Oliveira Antunes

**CONSELHEIROS NATOS**

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr Bittencourt de Oliveira,

Emy Guimarães de Lemos, João Carlos do Rego Pinto,

Renato Lima do Espírito Santo e Carlos Henrique Soares

de Menezes e Jaime Dutra Noronha.

**CONSELHO FISCAL**

Efetivos: Aloisio Souza da Silva, José Carlos Filippo e

David Fink. Suplentes: Antônio Bastos de Oliveira e Luiz

Fernando F. Rodrigues.

**Produção e Edição**

Planin-Assessoria de Comunicação

Tels: (021) 220-5031/224-5472

**Jornalista Responsável**

Carlos Emiliano Eleutério - MTB: 12.524/RJ

**Diagramação e Arte-Final**

João Carlos Guedes

**Edição de Agosto de 1998**

Tiragem: 2.000 exemplares

# Contribuição extra é prorrogada

A ameaça do governo do Estado de realizar, a revelia da legislação brasileira, o leilão de privatização da CEDAE, vem exigindo a intensificação da luta da sociedade e dos técnicos da Companhia em defesa da preservação do Saneamento no setor público. Com isso, a ASEAC foi obrigada a prorrogar a contribuição extraordinária autorizada pelos associados na Assembléia Geral Extraordinária de 24 de junho do ano passado e implantada na folha de pagamento a partir de agosto de 98.

A medida foi aprovada na AGE do dia 29 de julho último, na sede da ASEAC, que serviu também para debater o processo de privatização da CEDAE, a posição da Entidade diante da situação atual e para a prestação de contas da diretoria. Durante a Assembléia, o presidente da Associação, Dario Mondego, explicou que a prorrogação da contribuição se torna necessária pelo fato de as reservas de caixa terem se esgotadas, devido às inúmeras iniciativas tomadas.

De setembro de 97 a junho de 98, foram recebidas taxas extras e doações no valor total de R\$ 134,9 mil, dos quais R\$ 124,8 mil foram aplicados em ações em defesa da preservação da CEDAE. "Estamos enfrentando um momento definitivo no processo, que vai exigir novas ações de ordem jurídica, política e

de mídia, em defesa da instituição. Assim, torna-se necessária a manutenção da participação dos associados e outros colaboradores que acreditam no Saneamento público e, por consequência, na preservação da CEDAE", afirmou o presidente da ASEAC, Dario Mondego.

Segundo ele, o número de associados que têm pago a cota extra através de boleto bancária tem sido crescente e já supera os 20%. A contribuição adicional de 50% do valor mensal, descontada diretamente no contra-cheque do pessoal da ativa e aposentados, representa uma certa tranquilidade para a manutenção da luta, cuja importância foi reconhecida por todos os presentes durante a Assembléia.

Após aprovarem por aclamação a proposta de manutenção do desconto de 50% da contribuição mensal e das boletas bancárias de R\$ 100,00 para os associados "enquadrados" e de R\$ 50,00 para os "não enquadrados", alguns dos presentes fizeram questão de ressaltar a importância do trabalho que a ASEAC vem desenvolvendo, "que tem sido de excelente qualidade, tanto no aspecto político quanto jurídico, inclusive com a preocupação de manter os sócios bem informados. Se a Entidade precisa de caixa para continuar, todos devem contribuir com os recursos necessários", afirmaram.

Desde o início da luta, a direção da ASEAC vem tomando uma série de medidas para alertar a população sobre os riscos de privatizar a CEDAE, espalhando "out-doors", uma carta aberta à população, folhetos e adesivos por todo o Estado. Os recursos das contribuições extras foram utilizados ainda para financiar viagens de representantes da diretoria a Brasília, para contatos com membros dos Poderes Legislativo e Judiciário. Além disso, foram visitadas diversas outras cidades do interior do Estado, onde o presidente da Entidade expôs a prefeitura, vereadores e outros representantes da sociedade civil a posição da Entidade e dos técnicos sanitários com relação ao modelo proposto pelo governo do Estado para transferir a CEDAE ao setor privado, que pode agravar a situação da saúde da população. Atualmente, uma série de ações, patrocinadas diretamente ou intermediada pela ASEAC, está sendo analisada na justiça do Rio, como parte desse esforço de luta.

"A ASEAC está atenta a todas as ações do governo e vai reagir a cada uma delas, com as iniciativas necessárias para anular o processo de privatização da CEDAE e impedir que a população pague com a sua saúde e qualidade de vida, por essa atitude irresponsável", concluiu Dario Mondego.

## CEDAE pública lidera pesquisas



### Anthony Garotinho - Aliança PT/PDT - 38% na preferência dos eleitores

Já se mostrou radicalmente contrário à privatização da CEDAE e garante que vai reestatizar a Companhia, caso o governo Marcello Alencar insista em "atropelar" a Constituição e realize o leilão da Empresa. Em Campos, onde foi prefeito até se candidatar a governador, impediu o Consórcio "Águas do Paraíba", vencedor da licitação realizada pelo Estado, de tomar posse das dependências e equipamentos da CEDAE. Defende a reformulação do Modelo gerencial da Empresa, de forma descentralizada e participativa.



### César Maia - PFL - 24% na preferência dos eleitores

Também é favorável à preservação da CEDAE sob gestão do Estado e já declarou publicamente que, caso a Companhia seja transferida ao setor privado, vai reverter o processo. Chegou a ameaçar, caso eleito, a usar a própria força policial para desocupar os próprios da CEDAE e garantir aos Municípios a titularidade dos serviços de Saneamento Básico, caso o governo do Estado insista em realizar o leilão da Empresa e entregue os serviços a uma empresa privada.



### Luiz Paulo Corrêa da Rocha - PSDB - 8% na preferência dos eleitores

Vice-Governador do Estado, é o terceiro colocado nas pesquisas, com chances mínimas de se eleger. Foi articulador, juntamente com o atual Secretário de Estado de Fazenda, Marco Aurélio Alencar, de todo o processo destinado a privatizar a CEDAE. Na campanha que o elegeu, prometeu aos empregados modernizar a Empresa. Depois de eleito, traiu a categoria mudando suas promessas e deu início ao processo de privatização de todos os serviços públicos, inclusive da CEDAE.



# Prova final

Coragem, meus colegas! Falta pouco, muito pouco para conhecermos o nosso futuro.

São dois longos anos de resistência marcados pela força dos nossos argumentos e da razão.

Nós não nos conhecíamos. Não imaginávamos o nosso poder de resistir à fúria de uma obsessão irrefreada para privatizar a Cedae.

Aqui estamos, ainda vivos, para servir à causa nobre do Saneamento Básico - diferente, muito diferente de servir ao capital especulativo do lucro.

Os algozes da privatização continuam no jogo. Não desistem. Desesperadamente, querem colocar a "pá-de-cal" na gestão pública do Saneamento.

Calculistas, praticaram ingerências na Companhia, como forma de sucateá-la e torná-la ineficaz e ineficiente. Divulgaram inverdades para desmoralizá-la. Criavam, assim, o ambiente propício para justificar a privatização da Cedae. Entretanto, não lhes cabia o poder concedente.

Foram ousados e atropelaram o texto constitucional, distorcendo-o de forma a avocarem para si o poder absoluto da concessão na Região Metropolitana para os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, usurpando dos municípios o poder da distribuição da água e da coleta dos esgotos, classificados como serviços de interesse local pela Constituição Federal, portanto de competência municipal. É bastante compreensiva esta decisão, contemplada na Lei Complementar estadual. Afinal, esta região representa 75% do faturamento da Cedae, correspondendo a 1 bilhão e 200 milhões de reais, por ano! É a atração excitante dos empresários. Promete para os algozes, elevados ganhos na reta final desse governo.

Os municípios reagiram. São os nossos aliados circunstanciais. Instalou-se a desarmonia constitucional. Surgiram as liminares e as manobras regimentais para revogá-las.



*"O Estado não quer só outorgar. Quer vender as ações com direito a voto, isto é, quer vender a Cedae na Região Metropolitana, desfazendo-se de 99,9% das ações da Companhia."*

Exibem os algozes a mestria do golpe, como forma de validar a realização do leilão, por falta de impedimento cautelar - quando o mérito for julgado (se for julgado) já será um fato consumado. Então ... nada a fazer. É o que eles gostariam que fosse, finalmente.

Entretanto, ainda há tempo para reversão de tal quadro atual. O martelo do leilão poderá não soar.

O Edital publicado está eivado de questionamentos. É possível a geração de liminares. O Tribunal de Contas ainda não o homologou. Como o tempo para a eleições e para o final da gestão desse governo é exíguo, poderá não acontecer a consumação disto, que as Prefeituras do Rio de Janeiro e de Niterói classificam como estelionato.

Nesse ínterim, o Supremo Tribunal Federal também poderá deferir os pedidos de liminares nas ADIN'S do PT, PDT e PFL,

ambas sendo relatadas pelo Ministro Maurício Corrêa.

Em janeiro, já no início do novo governo, recomeçará a delenda. Oxalá, com a decisão do Supremo, o mérito venha contemplado com o poder compartilhado na Região Metropolitana, entre o estado e os municípios. Se assim vier será a vitória da gestão pública do Saneamento e da sociedade usuária do sistema que não será explorada e a derrota da privatização, pois a Cedae pública será o instrumento ideal e competente para tal integração.

Finalmente, retornaremos à harmonia constitucional entre os poderes estadual e municipais.

Seria louvável, se tanto o Estado quanto os Municípios tivessem nessa disputa de poder o objetivo de executar diretamente tais serviços de saneamento. A briga não é pela execução. A disputa concentra-se no poder de outorgar. É uma forma de se de-

sobrigarem de encargo governamental, faturando recursos financeiros. É um negócio rentável para o licitante e para a nova concessionária privada, sem levarem em conta de que está nesse "negócio" o interesse público que é cativo dessa função monopolista, intimamente ligada à saúde pública e à vida.

O Estado mostra-se mais ávido. Não quer só outorgar. Junto quer vender as ações com direito a voto, isto é, quer vender a Cedae na Região Metropolitana, desfazendo-se de 99,9% das ações da Cia. A Cedae muda de dono. Deixa de ser uma Sociedade de Economia Mista.

Essa operação vai gerar, ainda, muita reação, pois até os Municípios de fora da Região Metropolitana entrarão na briga judicial.

A empresa privada, ao adquirir as ações, estará adquirindo o Ativo e o Passivo constante do Balanço Patrimonial. Os bens relacionados no Ativo situam-se nos Municípios, mas integram todo o sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Isto é, são unidades imobiliárias operacionais a serviço, também, da distribuição de água e da coleta de esgotos, em cada Município, inclusive daqueles que estarão sendo excluídos do poder estadual, uma vez que a Cedae privatizada estará restrita à Região Metropolitana. Tais Municípios, até prova em contrário - e, certamente, terão que fazer isso judicialmente - não serão os titulares desse patrimônio operacional. Apesar de, na oportunidade, terem se tornado autônomos na execução do saneamento básico municipal, terão que depender dos meios operacionais de propriedade privada. Isto é uma grande embrulhada.

Vamos erguer a cabeça. Não há motivo de desânimo. Continuamos com a chama ardente da vitória. A ASEAC é um orgulho de todos nós.

**Dario Mondego**  
 Presidente

## Água e Democracia

O respeito à população do Estado do Rio de Janeiro e à democracia nos obriga a trazer a público, a propósito do artigo do Senhor Marco Aurélio Alencar - "Água Democratizada" - publicado na edição do Jornal "O Dial", de 01/09/98, que o Programa de Governo com o qual seu pai, Marcello Alencar, foi eleito Governador, previa a preservação da CEDAE como empresa pública, o que é fácil de comprovar.

O respeito a essa mesma população obrigaria, neste momento, o senhor Marco Aurélio Alencar a suspender seu

projeto de privatização para não contrariar a opinião já expressa, publicamente, pelos dois candidatos líderes das pesquisas, contrária à privatização da CEDAE.

No que tange à apregoada democratização dos serviços, é de estranyhar que o Senhor Aurélio Alencar venha justificar a privatização da Companhia, usando indicadores que classifica de "pérfidos" quando o seu Governo teve quatro anos para alterá-los! Antes de usar tal argumento, ele deveria reconhecer sua incompetência; a não ser que

o seu governo tenha, propositadamente, agravado a perversidade desses indicadores, com vistas a embasar o seu projeto de privatização da CEDAE.

Quanto ao aporte de recursos do Tesouro Estadual, também citado no artigo do Sr. Aurélio Alencar, para a CEDAE, nas últimas duas décadas, podemos afirmar que isto não ocorreu. Os recursos para investimentos em obras de Saneamento vieram da receita tarifária. Além disso, até agosto último, a CEDAE recolheu aos cofres estaduais, a título de pagamento de ICMS,

R\$ 80 milhões. O Sr. Aurélio Alencar não diz também que a dívida dos próprios estaduais com a CEDAE monta a R\$ 92 milhões.

Quanto ao argumento de que os R\$ 4,8 bilhões seriam divididos pelos próximos seis governos fluminenses, com uma média anual de R\$ 160 milhões, o mínimo que o Senhor Secretário deveria fazer seria consultar os prováveis vencedores do próximo pleito ao Governo do Estado.

ASEAC - Associação dos Empregados de Nível  
 Universitário da CEDAE



# Leilão da CEDAE

Prefeituras do Rio de Janeiro e de Niterói reagem aos atropelos à Constituição e advertem as empresas

Prefeituras do Rio e de Niterói reagem aos atropelos à Constituição e advertem as empresas interessadas: se o leilão acontecer, quem ganhar não leva

- No afã de vender a CEDAE de qualquer modo, o Estado vem ignorando medidas liminares sucessivas, ações de inconstitucionalidade interpostas, leis vigentes e projetos de lei que confirmam leis vigentes. Sua idéia fixa é obter, em verdadeiro ato de Estelionato (vender o que não é seu), um cheque que financie seu melancólico final de mandato, em prejuízo de milhões de cariocas e fluminenses. As empresas que aceitarem tais regras são aventureiras e como aventureiras serão tratadas.

Esta advertência não partiu de nenhuma entidade sindical. É parte de uma nota oficial, assinada pelas Prefeituras do Rio de Janeiro e de Niterói, dirigida às empresas interessadas e à população do Rio de Janeiro e publicada nos principais jornais do País, contra o "atropelo legal" que vem caracterizando a tentativa do governo do Estado de privatizar a CEDAE. Na nota, as duas prefeituras comunicam que às empresas o compromisso público, formal e irrevogável dos candidatos ao governo do Estado, César Maia (PFL) e Anthony Garotinho, assumido na presença dos prefeitos de ambas as cidades, no sentido de que, caso seja feita a venda, e dentro de suas iobrogações de ofício, sob pleno respaldo da legislação vigente, aquele que se eleger governador do Estado tomará iniciativas para reverter o processo.

Entre essas medidas, prometem retirar da CEDAE privatizada todos os serviços de distribuição de água e coleta de esgotos, transferindo-os de imediato aos municípios, "seus legítimos detentores, conforme manda a Constituição, reconstituindo, se for o caso, a CEDAE". Além disso, garantem que reverão, por via judicial, o preço da água bruta tratada, fixada no edital do governo estadual em R\$ 0,40 por m<sup>3</sup>. Isto porque, "o mesmo Estado fixou, há pouco mais de um ano, na concorrência da Barra da Tijuca, o valor de R\$ 0,14 por m<sup>3</sup>. Este aumento", afirma o documento, "se destina claramente a buscar um sobrepreço na venda da CEDAE, às custas da população que por isso pagaria durante 50 anos".

## Leilão em bolsa fica comprometido

"A negociação de ações em situações onde existem fortes incertezas sobre a validade de sua venda pode afetar, significativamente, a capacidade dos investidores em tomar decisões de compra, comprometendo, assim, a eficácia do mecanismo de leilão em bolsa de valores". Foi com base neste argumento que a Comissão de Valores Mobiliários - CVM - suspendeu o leilão das ações da Companhia Catarinense de Saneamento - CASAN - e, se não forem utilizados "dois pesos e duas medidas", representa um precedente importante para que o leilão de venda da CEDAE, marcado para 30 de setembro próximo pelo governo do Estado, também seja cancelado.



Desde a primeira tentativa de realização da audiência pública para a venda da CEDAE, a população começou a

Pelo menos este é o entendimento da maioria dos analistas e técnicos que estão acompanhando o impasse gerado na questão da privatização do Saneamento Básico no Estado do Rio de Janeiro, depois que o Secretário de Estado de Fazenda do Rio, Marco Aurélio Alencar, resolveu, às margens da lei, publicar a minuta do edital de privatização da CEDAE. A decisão do governo foi tomada ignorando a existência de uma série de instrumentos legais e liminares que impedem a privatização da Companhia até que sejam julgadas pelo Supremo Tribunal Federal - STF - as Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADINs - impetradas pelo PT, PDT e PFL, em Brasília, exigindo respeito à Constituição que garante aos municípios a titularidade dos serviços de Saneamento Básico.

## Sonho impossível

O projeto do governo do Estado de privatizar a CEDAE vem se complicando e, a cada dia, se torna

mais difícil de acontecer, devido a uma série de obstáculos legais, institucionais e políticos. Além das questões jurídicas, há controvérsias, segundo os analistas, principalmente quanto a questão dos recursos da venda da empresa, que o Município poderá reivindicar com base na sua prerrogativa constitucional de poder concedente.

Um dos mais duros golpes na "atrapalhada" na tentativa do governo de privatizar a empresa foi dado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado - CCJ - que aprovou na íntegra, no dia 12 de agosto, por unanimidade e em regime terminativo, o parecer do Senador Josaphá Marinho sobre o Projeto de Lei 266 do Senador e atual ministro da Saúde, José Serra. Este projeto determina que nas regiões metropolitanas o Estado se torne poder concedente dos serviços de Saneamento. Em seu parecer, aprovado pela CCJ, o Senador Josaphá Marinho considera que, nas regiões metropolitanas, o poder sobre os serviços de Saneamento é, obrigatória-



# AE é estelionato

As privadas interessadas no processo: se o leilão da CEDAE acontecer, quem ganhar não vai levar



reagir, temendo que o abastecimento de água vire comércio

mente, compartilhado entre Estado e Municípios. A decisão anula os argumentos do governador Marcello Alencar para privatizar a CEDAE com base na Lei 087/97 - uma réplica do PL-266 -, pois a torna conflitante com a decisão do Senado.

Segundo juristas, depois da decisão da comissão do Senado, a situação ficou um pouco mais complicada para o Estado, do ponto de vista institucional. Agora, além de "atropelar" literalmente a legislação do país, a insistência do governador e de seu filho-secretário em levar adiante o processo de privatização da CEDAE de Saneamento se torna, também, uma afronta ao Poder Legislativo. "Agora, outro Poder da Federação se manifestou sobre a questão, mostrando de forma clara que a lei complementar estadual 087/97 é uma agressão. Se insistir, o governador do Rio não vai estar apenas ignorando o Legislativo e o Judiciário; vai estar desrespeitando a própria Federação", argumenta a direção da ASEAC.

## BNDES só libera recursos depois de resolvido o impasse

Enquanto a Constituição Brasileira não for modificada, os municípios são soberanos na decisão de conceder os serviços de Saneamento. No Rio de Janeiro, a iniciativa da Secretaria de Fazenda de publicar a minuta do edital de leilão da CEDAE antes da solução das divergências jurídicas reflete uma decisão política do governo do Estado, que vai precipitar uma solução da justiça, através do Supremo Tribunal Federal - STF -, em caráter definitivo.

A opinião é do diretor de Infra-estrutura do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, Fernando Perrone, ao garantir que o Banco não vai liberar nenhum centavo para financiar projetos de Saneamento em áreas onde existam conflitos jurídicos, até que haja uma solução definitiva sobre essa questão do "poder concedente". O BNDES havia previsto aplicações de cerca de R\$ 1 bilhão este ano, mas até agora só contratou cerca de R\$ 250 milhões e dificilmente vai liberar mais recursos para o setor em 98.

Favorável a uma solução rápida para o processo de privatização do setor no Brasil, o diretor do Banco acredita que a única forma de viabilizar o setor é criando condições para que o capital privado se junte ao setor público, mas admite que o impasse jurídico existente no Saneamento vem tirando a atratividade para os investidores privados: "Alguns estados entendem que são o poder concedente nas regiões metropolitanas, o que não é aceito pelos municípios. Para trazer investimentos, primeiro é preciso decidir com quem o empresariado vai conversar", afirmou Perrone.

Segundo o Diretor do BNDES, que defende a privatização do Saneamento, há três maneiras de se resolver o impasse: a primeira é através de uma emenda à Constituição no Congresso; a segunda é via Judiciário, e o Fórum adequado é o Supremo Tribunal Federal - STF; Por último, enquanto não ocorre nenhuma dessas soluções, cabe ao Executivo decidir, "e o BNDES entende que, enquanto houver uma divergência entre estados e municípios, o Banco fica impedido de financiar. E isso é muito fácil de explicar, pois se o financiamento se refere ao total dos serviços, o valor do financiamento é um; se não, o valor é outro. Portanto, é fundamental que os estados e municípios se entendam, para que haja atratividade para o investidor e bancabilidade para o banqueiro", acrescenta. Segundo Fernando Perrone, o Saneamento é um setor fundamental para o Banco, com necessidades anuais de investimentos em torno de R\$ 2,7 bilhões, mas toda a demanda de recursos está concen-

trada nas áreas onde existem conflitos. "E com isso, os investidores ficam mais cautelosos", explicou.

### Analistas duvidam da venda

Técnicos do BNDES ligados à área de Saneamento duvidam que o governo do Estado consiga levar adiante o projeto de privatização da CEDAE, pois não acreditam que algum empresário se disponha a investir R\$ 1 bilhão em um negócio cercado de tantas divergências políticas, legais e institucionais. No entender dessas mesmas fontes, a forma como o processo de venda da CEDAE foi colocado pelo atual governo é equivocada e dificilmente terá algum resultado prático.

De acordo com os técnicos do Banco, todo o processo começou errado: Logo que a secretaria de Fazenda iniciou o processo de privatização do setor de Saneamento, o próprio titular da secretaria, Marco Aurélio Alencar, procurou o BNDES para solicitar ajuda na elaboração da modelagem de venda da CEDAE. Receberam as orientações necessárias dos técnicos, mas decidiram ignorá-las e utilizar o modelo proposto pelo então senador José Serra - um projeto de lei ordinária que, portanto, não tem poderes para mudar dispositivos constitucionais. Principalmente agora, depois que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o parecer do Senador Josaphá Marinho.

Daí, a série de conflitos que vem complicando cada vez mais o processo e retirando o interesse dos possíveis compradores. Além disso, os técnicos argumentam que o impasse jurídico vem levando os empresários a uma série de reflexões práticas. Por exemplo, se a venda se concretizar e o Supremo Tribunal Federal, baseado na Constituição, confirmar que a lei 087/97 é inconstitucional, ratificando o Município como Poder Concedente, quem vai ficar responsável pela devolução do dinheiro de quem comprar a CEDAE? "E com isso, o Município pode, tranqüilamente, retomar os ativos e mandar os empresários se entenderem com o governo do Estado, que provavelmente já terá mudado. O concessionário vai se entender com quem?", indagam os técnicos do BNDES.

Eles acham, também, que o preço mínimo definido, aliado à dívida e ao passivo trabalhista existente, inviabiliza o leilão e dificilmente o Estado vai achar comprador para a CEDAE. "Até porque o governo não sabe direito o que está vendendo, já que existe a disputa a respeito de um mercado que não está definido a quem pertence", garantem os técnicos.



**ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DO GUANDU**

# Um grande salto de qualidade

**Resultado de um trabalho de equipe, o Guandu - a maior fábrica de água tratada do mundo - comemorou seus 43 anos com novas medidas para aumentar a eficiência da Estação**

Reconhecida atualmente como a maior fábrica de água tratada do planeta, a Estação de Tratamento do Guandu se prepara para iniciar, nos próximos dias, o projeto de ampliação do Centro de Controle Operacional - CCO - o que permitirá à CEDAE ampliar de 65 para cerca de 700 o número de pontos utilizados para monitorar a qualidade da água daquela rede, responsável pelo abastecimento de 80% da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Parte de uma política permanente da Empresa de garantir a qualidade da água que produz, o novo sistema mobilizará investimentos de cerca de R\$ 5 milhões, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e integra um amplo programa de obras, que estão sendo executadas na ETA, com o objetivo de melhorar a eficiência operacional, reduzir perdas e, conseqüentemente, a produtividade do sistema.

Inaugurada com uma vazão de 2.000 litros/seg., em 1955, o Guandu completou este mês, dia 1º de agosto, 43 anos de fundação, atingindo a marca de 43 mil litros/seg. (3,5 bilhões de litros/dia), embora já disponha de capacidade para produzir 47 mil litros/seg., o que lhe assegura o título de maior estação de tratamento do mundo. A ETA de Chicago tem capacidade para 48 mil litros/seg., mas produz somente cerca de 40 mil litros/seg. "O Guandu hoje é o órgão que viabiliza a vida no Rio de Janeiro", afirma o Superintendente Flávio Guedes antes de enumerar quase 15 obras. E isso, segundo ele, se deve à disposição e ao empenho de toda a equipe, que tem compromisso com o resultado final do trabalho, com a qualidade da água, e não meramente com o lucro que um complexo como este pode gerar.

A cerimônia que comemorou o aniversário da Estação serviu também para homenagear o mais antigo engenheiro do setor de Saneamento do Estado, Dr. Oscar Mota Vianna, falecido em julho, aos 99 anos. A Elevatória de Alto Recalque do Guandu (antigo ARG), inaugurada juntamente com o Guandu, em 1955, ganhou o seu nome. Na ocasião da inauguração da ETA, o Dr. Vianna tinha 56 anos de idade.



*A Estação já opera com 43 mil litros por segundo, mas já está em condições de produzir até 47 mil litros/seg.*

### Fabricando qualidade

De cerca de 500 empregados que dispunha para produzir 40 m³/seg. há cerca de quatro anos, a ETA conta atualmente com 370 pessoas, entre corpo técnico e pessoal de apoio, produzindo pelo menos mais 3 mil litros/seg. Essa melhora no rendimento da estação, de certa forma, foi obtida graças a uma política da atual Superintendência de investir e incentivar os jovens valores da Empresa, tendo em vista a falta de oxigenação do quadro técnico da Empresa, que não vem sofrendo renovações sistemáticas nos últimos anos. "A responsabilidade pelo Guandu é de todo mundo, pois o objetivo comum é produzir essa água de excelente qualidade - reconhecida como uma das melhores do mundo - e da forma mais econômica possível", afirma Guedes.

Segundo ele, muita gente que não conhece se surpreende quando chega ao Guandu, pelo porte da ETA e pelo trabalho dos técnicos. Para a equipe, no entanto, buscar cada vez mais qualidade virou rotina. "Para se ter uma idéia, os padrões do Ministério da Saúde determinam uma dosagem mínima de cloro residual de 0,2 mg/l e nós trabalhamos com um índi-

ce de 1,5 a 2,0 mg/l., para garantir a qualidade", explica.

Aliás, esse tem sido, inclusive, um dos maiores temores dos profissionais de Saneamento do Guandu, que alertam para o risco de perda de qualidade se o governo levar adiante o seu projeto de privatização da CEDAE. No caso específico do Sistema Guandu, por exemplo, essa tarefa não tem sido fácil, devido a queda na qualidade da água bruta do Rio Guandu que abastece a ETA, e que, desde o "desmantelamento" da FEEMA, viu crescer toda a sorte de agressão, com o despejo de resíduos orgânicos, industriais e retirada indiscriminada de areia em seu leito. "Com isso essa queda da qualidade se mostra em progressão geométrica e dificulta muito o rendimento da Estação, obrigando a cuidados redobrados, inclusive a redução da vazão da água tratada, para que não perda da qualidade final", alerta o Superintendente.

Na opinião da maioria dos técnicos da Companhia, é difícil visualizar um comportamento desse tipo por parte do segmento privado, já que a redução consciente do volume de água tratada pressupõe também a redução do faturamento, o que não interessa às

concessionárias particulares. Além disso, o empresário, com certeza, não vai querer arcar com investimentos para melhorar a água bruta. E caso tenha que fazer isso, vão transferir os custos adicionais gerados pelo excesso de poluição da fonte primária diretamente ao contribuinte, como prevê o modelo de contrato proposto para a venda da empresa. Ao contrário, os técnicos da CEDAE fazem questão de monitorar também esse padrão do rio, de forma a evitar prejuízos ao processo de tratamento e, conseqüentemente, ao consumidor final.

Outra dúvida que a maioria manifesta diz respeito à manutenção da dosagem de cloro residual, pois isto custa dinheiro. "Será que uma concessionária privada teria essa preocupação de colocar 1,5 a 2,0 mg/litro, em vez de 0,2 mg/l como manda o Ministério da Saúde, com a mera preocupação de garantir a saúde da população e, com isso, reduzir seus lucros financeiros?", questionam os sanitaristas. Para eles, o máximo que vão fazer é manter o padrão mínimo, para não reduzir o lucro financeiro do processo de tratamento, alertam os técnicos.



# Prioridade para o consumidor

**Loja da CEDAE em Niterói se moderniza para garantir a satisfação dos clientes**

Desde junho último, os clientes da CEDAE que chegam à loja da Empresa em Niterói encontram um ambiente super agradável, com música ambiente e água gelada - da CEDAE, é claro - o que lhes garante todo o conforto durante o seu tempo de permanência - aliás, atualmente, bastante reduzido, considerando-se que nos horários de "pico" o número de atendentes praticamente dobrou. A partir de setembro, as lojas de São Gonçalo, Magé e Itaboraí também já estarão funcionando dentro desses padrões.

Segundo o diretor do Interior, Armando Costa Vieira Júnior, devido a vários anos de falta de investimentos, as lojas estavam precisando de reforma geral, feita agora, graças à determinação da equipe da Diretoria do Interior -DIN- em melhorar o atendimento aos seus clientes. Todo o trabalho se baseou na experiência de outras lojas da CEDAE e em pesquisas junto a outras empresas de serviços públicos, de ramos similares, que atendem a um grande número de clientes. Com base no resultado dessas pesquisas, foram realizadas outras, incluindo o cliente CEDAE e os horários de pico de atendimento, com o objetivo de reduzir o tempo de espera na loja ao mínimo possível, além de torná-lo agradável.

Aparelhos de ar condicionado quebrados foram substituídos, pinturas foram refeitas e as cortinas velhas trocadas por persianas novas. Para garantir o conforto que o cliente merece, foram colocados bancos e cadeiras mais confortáveis para que ninguém mais fosse atendido de pé. O tempo de atendimento foi reduzido para o máximo de 20 minutos. As lojas ganharam também bebedouros, que servem água da CEDAE aos clientes. Além disso, houve uma mudança em seu "lay-out", com a construção de balcões individualizados, de forma a preservar a privacidade do cliente. Como parte dos atendentes da CEDAE é de deficientes físicos, as lojas também sofreram obras de adaptação, para facilitar o acesso à parte interna do balcão. Nos horários de pico, o número de atendentes passou de três para sete.

Cada uma das lojas ganhou, ainda, letreiros eletrônicos que, ininterruptamente, passam informações importantes aos clientes sobre os principais problemas relacionados às contas d'água e/ou informações sobre como evitar desperdícios, detectar vazamentos, problemas com hidrômetros e mesmo pedidos de ligação de água etc. Além disso, foi

implantado o sistema de guichê com senha, através de painéis eletrônicos. Por fim, foi implantando também em cada uma das Lojas Comerciais - que passaram a ser chamar Agências Comerciais - um Programa de Auto-Atendimento para o cliente que não pode ficar aguardando, através do qual ele coloca em um envelope numerado a sua solicitação, com um telefone e/ou endereço para contato. Ao final de cada dia, todos os envelopes são abertos e os clientes têm uma resposta pessoal à sua solicitação.

Em São Gonçalo, está funcionando, há dois meses, uma unidade móvel de atendimento comercial, através de um "trailer", no qual os clientes recebem os mesmos serviços existentes nas Agências. A unidade também dá apoio ao projeto de recadastramento que está obtendo sucesso absoluto. Armando Costa Vieira Júnior informou ao Jornal da ASEAC que toda essa reformulação - que está funcionando desde o início de junho - demorou cerca de três meses para ser concluída. Entre os resultados mais imediatos, ele destaca o fato de que os empregados da CEDAE estão mais orgulhosos por estarem trabalhando em um ambiente que demonstra o respeito da Empresa para com o seu cliente: "Há uma motivação grande entre os nossos empregados, que estão trabalhando bem humorados, o que se reflete em um atendimento melhor. Isto é importante, pois precisamos assimilar a filosofia de que a CEDAE só existe devido a seus clientes e, por isso, estes merecem prioridade absoluta".

Ao reconhecer, no entanto, que ainda há muito a ser feito, o diretor do Interior disse que agora a Empresa já está fazendo pesquisas para detectar quais os problemas que levam os clientes às lojas e que poderiam ser resolvidos em conjunto com a área operacional, ou por telefone, como, por exemplo, a solicitação de um leiturista de hidrômetro.

Outra novidade é o funcionamento das Agências Comerciais aos sábados, no horário de 8 às 12hs. No momento, aliás, está em estudo a possibilidade de aumentar o horário de atendimento: "A nossa proposta é de que as Agências passem a funcionar diariamente no horário das 8h às 20 h. Hoje, já está implantado o atendimento diferenciado para deficientes físicos, gestantes e idosos". Segundo o diretor, dois atendentes cuidam prioritariamente desses grupos, dentro da filosofia de resolver os problemas dos clientes rapidamente.



*Armando Costa Vieira Júnior (ao lado), Diretor do Interior: "O que vale é ver o cliente bem atendido".*





# Solução é dar autonomia

**Técnicos defendem a participação social como alternativa à privatização**

Um Contrato de Gestão, que dê a Empresa autonomia administrativa e financeira, reconhecimento dos municípios enquanto poder concedente e uma total descentralização administrativa. Esta é a fórmula defendida pelos técnicos da CEDAE para reformular a Empresa de forma que ela possa exercer, de fato, o seu papel social de agente da saúde da população fluminense, universalizando o atendimento em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA -, do Ministério do Planejamento, indicam que o Sistema Único de Saúde - SUS - consome cerca de R\$ 390 milhões/ano com doenças de veiculação hídrica relacionadas a carências de Saneamento Básico. Ao mesmo tempo, estudos do Ministério da Saúde e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - demonstram que para cada real investido em Saneamento, o governo deixa de gastar R\$ 2,50 com internações hospitalares.

Todos esses dados, segundo a direção da Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE - ASEAC -, reforçam o binômio Saneamento/Saúde e demonstram o risco de se privatizar uma empresa de Saneamento que presta um serviço, que interfere diretamente na saúde e na qualidade de vida da população. Aliás, em todo o país, essa discussão vem ganhando força e unindo técnicos, no sentido de tornar as empresas públicas de Saneamento mais eficientes, através da discussão de um novo modelo de gestão.

No Rio de Janeiro, não é diferente e, há cerca de três anos, os técnicos da CEDAE, através da ASEAC, estão discutindo um novo modelo de gestão para a empresa, de forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados à população e reafirmar o objetivo social da CEDAE, enquanto empresa de Sanea-

mento - uma função pública definida constitucionalmente.

## Lucro Social

Conscientes da necessidade de modernizar a CEDAE, os técnicos elaboraram um novo Modelo de Gestão para a Empresa, que prevê um contrato de gestão com o governo do Estado para que a Empresa possa se renovar, se modernizar, de forma a acabar com as deficiências de Saneamento Básico, principalmente de esgotamento sanitário em todo o Estado.

Este modelo reconhece os municípios como poder concedente e garante a participação deles nas decisões da Empresa, definindo prioridades e controlando resultados. Além disso, o modelo de gestão defendido pela ASEAC possibilita, na prática, o desenvolvimento eco-

**O novo Modelo de Gestão, além de garantir a participação dos municípios no processo decisório da Empresa Regionalizada, elimina os entraves burocráticos que vêm inviabilizando a maioria das empresas públicas brasileiras**

nômico e social das várias regiões do Estado, na medida em que a descentralização administrativa prevê a criação de várias Empresas Subsidiárias Regionais e de Empresas

Especializadas, que seriam ligadas a uma Empresa Mãe.

Aliás, essa Empresa Controladora (Holding) teria participação majoritária do Estado e a responsabilidade de fixar indicadores de gestão para as Empresas Regionais, intensificar a relação com os municípios, gerenciar

projetos interregionais e/ou de grande porte, manter auditoria dos indicadores e desenvolver programas de relacionamento com a sociedade civil. Ao mesmo tempo, as Empresas Regionais teriam autonomia financeira e administrativa, o que, sem dúvida, traria um maior desenvolvimento econômico para os municípios localizados em cada uma das regiões.

Segundo os técnicos da CEDAE, as Empresas Regionais seriam constituídas com a participação acionária dos Municípios, da Iniciativa Privada e, majoritariamente, da Empresa Controladora. Segundo os técnicos da CEDAE, o novo Modelo de Gestão, além de garantir a participação dos municípios no processo decisório das Empresas Regionais, elimina os entraves burocráticos que vêm inviabilizando a maioria das empresas públicas brasileiras. A transição para o novo Modelo de Gestão será efetuada no prazo de 12 meses, com recursos gerados internamente, fruto das modificações e de medidas econômicas previstas na proposta, inclusive com redução de custos de pessoal.

Entre outras coisas, a proposta dos técnicos evidencia uma capacidade de geração de caixa operacional da CEDAE, suficiente para investir na manutenção do atual sistema, pagar dividendos aos acionistas, pagar o serviço da dívida atual e assumir novos investimentos para a ampliação da oferta dos serviços. Além disso, a nível econômico, apresenta uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido superior a 20% ao ano, a partir do ano 2.000. Essa geração de caixa seria proveniente do acréscimo de faturamento decorrente da melhoria do nível de atendimento - dos 78% atuais para 96%, em 2001 -, bem como pela maior produtividade do sistema de abastecimento, tendo em vista que essa água já é captada, tratada, bombeada, aduzida e distribuída.

## Unidades de Negócios no modelo baiano

Na Bahia, a Empresa Baiana de Saneamento - Embasa - está implantando um sistema de Unidades de Negócios, semelhante ao da SABESP. Serão implantadas cerca de 20 Unidades de Negócios, sendo 13 no interior e sete na Região Metropolitana, como parte de um projeto de reestruturação organizacional da Empresa, que prevê, entre outras coisas, a redução dos seus níveis hierárquicos. Com uma arrecadação de R\$ 310 milhões/ano, a Embasa é responsável por 374 sistemas de abastecimento de água em todo o Estado, sendo que apenas dois (sistema de Bolandeira e Pedra do Cavalo) estão localizados na Região Metropolitana.

Segundo técnicos da Empresa, as Unidades de Negócios estão sendo implantadas aos poucos, enquanto a direção da Embasa está negociando a assinatura de um contrato de gestão com o governo. A reestruturação da Embasa inclui, entre outras coisas, a revisão de todos os procedimentos organizacionais, a sistematização do fluxo de informações e processos de otimização do tempo. Entre os programas que estão em andamento, destacam-se o Programa de Qualidade Total e o de Investimentos, que prevê várias obras de Saneamento, além da ampliação da macro e micro medição. Somente para o Programa Baía Azul, estão previstos investimentos da ordem R\$ 600 milhões. Para os técnicos da Empresa baiana, o objetivo é tornar a Embasa mais competitiva, com a redução dos seus custos e perdas.